

Maioria é funcionário de carreira

No Senado, ao contrário da Câmara, os gabinetes são servidos por funcionários de carreira, além de cargos de confiança. Cada senador pode requisitar até dez funcionários do quadro efetivo, de onde saem o chefe e o subchefe do gabinete, dois assistentes, três auxiliares, um motorista e dois secretários. Esses salários somam até R\$ 44,2 mil. O senador também pode nomear seis pessoas de sua escolha, cujos salários somam R\$ 29,6 mil.

São três assessores parlamentares, com salários de R\$ 4,8 mil, e três secretários parlamentares, que ganham R\$ 3,6 mil. Uma das vagas de assessor pode ser desmembrada em até quatro vagas. Os funcionários de confiança podem servir os senadores em seus estados. Até junho, cada senador podia ter apenas três cargos de confiança, mas o plenário aumentou em mais três esse número. Antônio Carlos foi contra o projeto. O Senado tem 2.272 funcionários, excluídos os da Gráfica e os do Prodasen. Em 91, o número chegava a 3,5 mil. Perguntado se não faria um

Plano de Demissões Voluntárias para solucionar o problema, Antônio Carlos admitiu essa possibilidade para o próximo ano.

O presidente da Câmara, Michel Temer, recebeu a solidariedade de líderes e dos integrantes da Mesa. Os deputados não gostaram das críticas de Antônio Carlos Magalhães. O corregedor Severino Cavalcanti (PPB-PE) comparou o presidente do Senado ao presidente do Peru, Alberto Fujimori:

“Foi uma agressão desnecessária. O senador Antônio Carlos está querendo a fujimorização do poder”, reagiu Severino Cavalcanti.

Desgaste - Outros parlamentares, mais ponderados, pediam que o bate-boca cessasse imediatamente, sob risco de aumentar o desgaste da imagem do Congresso Nacional. “Os dois presidentes deviam colocar as cabeças na água fria e baixar a bola. Se começarem a se digladiar em público, onde vamos parar? O senador Antônio Carlos falou indevidamente em público o que era para ser tratado

internamente. O Temer respondeu e deveria ter parado por aí”, disse o vice-líder do Governo, Arnaldo Madeira (PSDB-SP). Os líderes do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA), e do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE), se solidarizaram com o presidente da Câmara, mas deram sua resposta como suficiente. Qualquer comentário sobre o episódio poderia colocá-los numa situação delicada junto ao presidente do Senado.

Ao mesmo tempo em que discussões prosseguiram, a suplente do deputado Chicão Brígido (PMDB-AC), Adelaide Neri (PMDB-AC), reafirmava na Comissão de Constituição e Justiça todas as denúncias contra seu colega e confirmou que ele a pressionava para ter metade do salário de parlamentar, enquanto estava licenciado. “O fato de ela ter comparecido à CCJ, seguramente, torna menos difícil sua situação e piora a de Chicão Brígido”, afirmou o relator do processo contra os dois deputados, Jarbas Lima (PPB-RS).